

Vicent Ferrer, *Quaestio de unitate universalis*. ללוכב דבכנ רמאמ (*Ma'amar nikhbad ba-kolel*), edició a cura de Alexander Fidora, Mauro Zonta, en col·laboració amb Josep Batalla, Robert D. Hughes, (Bibliotheca philosophorum medii aevi cataloniae, 1) Obrador Edèndum – Universitat Autònoma de Barcelona – Universitat Rovira i Virgili, Santa Coloma de Queralt – Bellaterra (Cerdanyola del Vallès) – Tarragona 2010; 367 pp.; ISBN 978-84-937590-3-2.

Com este volume tem início uma nova coleção com um modelo e objetivos ambiciosos: a publicação do *corpus* filosófico latino de autores catalães medievais, em novas edições críticas, acompanhadas por traduções em catalão e em inglês, antecedidas por introdução, também em catalão e tradução inglesa. Pretende-se assim tornar acessíveis textos ainda inéditos, ou com edições antiquadas, ou de difícil acesso. O primeiro volume inclui um dos dois opúsculos filosóficos atribuídos a S. Vicente Ferrer (1350-1419), conhecido sobretudo pela sua atividade e obra de pregador. Na badana anuncia-se a próxima publicação nesta coleção da outra obra filosófica de Vicente Ferrer, o *Tractatus de suppositionibus* e do *Tractatus brevis de modis distinctionum* de Pedro Tomás.

No estudo introdutório “El filòsof Vicent Ferrer i el problema dels universals”, com tradução inglesa defronte (pp. 15-77), Alexander Fidora apresenta os argumentos que fundamentam a atribuição e datação da *Quaestio de unitate universalis*, que há que situar num período muito inicial do percurso

de Vicente, quando, após concluir os estudos de Filosofia na Universidade de Lleida, aí terá ensinado lógica e composto esta *quaestio*, entre 1370-1373 (p. 30; na p. 172 Mauro Zonta reduz a 1370-1372). Na Introdução são apresentadas a vida e obras de Vicente, que teve uma breve ligação a Portugal. No âmbito do conflito que recrudesceu com a reinstalação de papas em Avinhão, Vicente Ferrer viajou a Portugal acompanhando Pedro de Luna (futuro anti papa Bento XIII) em missão enviada pelo anti papa Clemente VII, com cúria em Avinhão, para obter o reconhecimento pelo rei D. Fernando, o que de facto ocorre em 1382. No Cisma do Ocidente Vicente foi um defensor dos papas de Avinhão, sobre ele tendo escrito um tratado datável de 1380. Após a resolução do Cisma do Ocidente, Vicente Ferrer terá uma intensa atividade como pregador por diversos reinos da Europa, mas nesse percurso não terá regressado a Portugal.

Na introdução geral são também analisados o contexto doutrinal, a estrutura, o conteúdo e a recepção da *Quaestio*. A difusão da obra tem uma particularidade que este volume valoriza: conhece-se apenas um manuscrito com o texto latino, mas o *Clipeus thomistarum* de Pedro Schwarz ou Petrus Negi, concluída em 1481 em Budapeste, propõe na questão 23 uma definição de universal que atribuiu a «Sanctus Vincentius ordinis praedicatorum in suo tractatu de unitate ipsius universalis», definição essa que não se encontra no texto latino aqui editado. Mas, na questão 21 Pedro Schwarz cita uma passagem mais extensa, que também não se encontra no texto latino, mas que está na tradução hebraica de um tratado sobre o universal atribuído a um mestre Vicente dominicano, que terá sido traduzido do latim por ‘Eli Habillo por volta de 1470. Fidora conjectura com verosimilhança como poderá o Bohémio Pedro Schwarz ter chegado ao conhecimento deste opúsculo na sua passagem por Salamanca, onde aprendeu hebraico com um mestre judeu (p. 73). Estas citações de Pedro Schwarz são um argumento adicional para a atribuição da *Quaestio* a Vicente Ferrer, mas suscitam um problema adicional: como explicar elas não coincidam com o texto da *Quaestio*? As duas edições oferecidas no volume procuram responder também a essa questão.

A edição propriamente dita ocupa duas partes. Na primeira (pp. 79-170) inclui-se a edição crítica do texto latino, acompanhado por tradução catalã defronte com profusas e utilíssimas notas histórico-doutriniais, o que explica a ausência de um aparato de fontes (80-139), seguindo-se a tradução inglesa por Robert Hughes (141-171). O texto latino estava já disponível em edição crítica publicada por John Trentman em 1982 na revista *Medieval Studies*, mas os editores oferecem agora uma releitura do manuscrito único (Wien, Dominikanerkloster,

49/271, ff. 237r-241v), com poucas três revisões da leitura de Trentman e alguns poucos casos de correção a partir da versão hebraica, como se lê a p. 81, além disso o texto latino é agora apresentado em ortografia normalizada.

O opúsculo latino tem a forma da *quaestio*. Definido o universal como «naturam habentem unitatem de multis et praeter multa, quod idem est quod universalitas (uma natureza que tem a unidade que se refere a muitas coisas, estando para lá da multiplicidade, e nisso consiste a universalidade)» (§ 1), a discussão desenvolve-se primeiro com a apresentação de 12 argumentos realistas próximos das posições de Gualter Burleigh, dos quais resultaria que a unidade do universal é ral (§§ 2-17), seguindo-se outros 12 argumentos para a posição oposta, próxima de Guilherme de Ockham e da sua escola, negando que a a unidade do universal é real (§§ 18-4), concluindo Vicente Ferrer que, na esteira do realismo moderado de Tomás de Aquino, as naturezas universais são reais, mas não há uma unidade real do universal, essa unidade é apenas acessível ao intelecto e carece de realidade extramental (§§ 50-56), apresentando por fim a refutação das posições realistas apresentadas no início (§§ 57-81). Os editores introduzem no texto uma divisão que clarifica a sua estrutura e sequência de argumentos, também analisados na introdução (pp. 46-65).

A segunda parte da edição, da responsabilidade de Mauro Zonta, inclui a edição crítica do texto hebraico da *Ma'amar nikhbad ba-kolel* (Tratado solene sobre o universal), com tradução latina defronte (pp. 188-305), seguidas da tradução inglesa (pp. 307-354). Na introdução a esta parte, também em catalão e inglês (pp. 172-187) Mauro Zonta, retoma a questão da citação de Vicente Ferrer no *Clipeus thomistarum* de Petrus Nigri e associa-o ao estudo que fizera em 1995 de um tratado em tradução hebraica presente no manuscrito Parma, Biblioteca Palatina, parm. 2361 (olim De Rossi 457), ff. 126v-144r, atribuído a um *Vincentius* dominicano. O tratado havia sido assinalado já por Moritz Steinschneider em 1883, mas atribuindo-o ao também dominicano Vicente de Beauvais. Mauro Zonta retoma as conclusões de outros seus estudos recentes identificando as citações no *Clipeus* ao texto desta versão hebraica, o que permite, portanto, atribuir a autoria deste tratado traduzido para hebraico a Vincentius Ferrer, mas também que ele não coincide com o texto latino publicado na primeira parte, que tem a estrutura de um *tratado* (e não de uma *quaestio*), que o título inicial do texto latino deveria ser *Tractatus sollemnis de universali* (não se centrando portanto na questão da *unidade* do universal) e, sobretudo, que o texto latino editado na primeira parte deverá ser uma reelaboração do tratado, talvez por um discípulo de Vicente (cf. pp. 176-178), o qual foi depois traduzido para

hebraico. Para Mauro Zonta ter-se-á perdido, talvez definitivamente, o original latino do *Tractatus*, sobrevivendo apenas a *abbreviatio* sob a forma de *quaestio*.

O *Tractatus* é editado em hebraico a partir do único manuscrito conhecido, tendo defronte a retradução para latim realizada por Mauro Zonta (pp. 188-305), que também traduziu o texto hebraico para inglês (pp. 307-354). Embora o erudito hebraísta afirme que não tem a pretensão de apresentar a reconstituição do original latino, baseia-se na comparação do texto hebraico com o texto latino da *quaestio* e nas citações de Petrus Nigri para esta retroversão, pretendendo sim oferecer um texto que «pode ser útil para os estudiosos que pretendem ter uma ideia do provável conteúdo da obra completa» (p. 184). E essa reconstrução foi sem dúvida útil para esclarecer algumas lacunas de compreensão que antes existiam no texto da *Quaestio* e que, desta forma, foram resolvidas na edição crítica publicada na primeira parte por Alexander Fidora, como nos locais próprios é assinalado.

O editor incluiu uma divisão do texto que evidencia a estrutura do *Tractatus sollemnis de universalis / Ma'amar nikhbad ba-kolel*, também reconstruída na Introdução (pp. 178-182). O autor começa por (§ 1) reconduzir o problema da unidade do universal nas coisas particulares, a saber se o universal existe fora da mente ou se apenas existe no intelecto. Apresenta primeiro as posições que defendem que o universal não existe fora da alma (§§ 2-30), discutindo depois os argumentos que afirmam que o universal existe na alma (§§ 31-45), e que o universal e os individuais respetivos são uma e a mesma coisa (§§ 46-80), em quarto lugar discute propriamente a unidade do universal (§§ 82-131). A breve conclusão (§§ 132-133) confirma apenas os argumentos que refutam que a unidade do universal é um existente real. As próprias posições de Vicente e a refutação dos argumentos realistas coincidem com o chamado realismo moderado de Tomás de Aquino e da sua escola, o que explica o acerto de Petrus Negri ao citar esta obra nesse manual do tomismo que é o *Clipeus Thomistarum*.

O volume termina com utilíssimos instrumentos de consulta: um glossário latino-hebraico, o índice de fontes citadas por Vicente ou alegadas pelos editores, um índice temático. Os editores organizam os dois índices de forma a acolher as referências à Q[uaestio] e ao T[ractatus], permitindo constatar que há uma ampla coincidência temática entre os dois textos. E também que em nenhum deles é citado de Aquino, que é apenas uma fonte alegada pelos editores para identificar algumas das posições. Aliás quer a *Quaestio*, quer o *Tractatus* citam diretamente muito poucos nomes de autores, aparte Aristóteles, sendo que Mauro Zonta identifica com Tomás o *Doctor* citado no texto hebraico no § 42 e que poderá ser

a única alegação direta do aquinate em ambos os textos, mas para afirmar que ele não defende uma posição aí discutida.

Os editores expõem os diferentes argumentos que sustentam que os dois textos são ambos obra de Vicente Ferrer, mas qual deles seja o original, ou qual seja a reformulação e se esta é obra de Vicente ou de um seu discípulo, ou mesmo se se trata de obras de distintos autores, embora um trabalhando sobre o texto do outro, essas são questões que ainda merecerão estudo mais detalhado e para as quais aqui fica disponível um amplo dossier de materias, factos e argumentos.

As edições e introduções oferecem um excelente trabalho que coloca em nível muito elevado o padrão científico e editorial para esta coleção, apresentada em elegante encadernação e impressão, um nível de qualidade académica que seguramente os volumes seguintes confirmarão.

José Meirinhos
(Gabinete de Filosofia Medieval – Faculdade de Letras
da Universidade do Porto)